

DF- Agricultura

10 DF-

Agricultores cobram benefícios para produzir

FOTOS: TONINHO TAVARES

Segundo produtores da Fazenda Sálvia, há dificuldades até para a subsistência

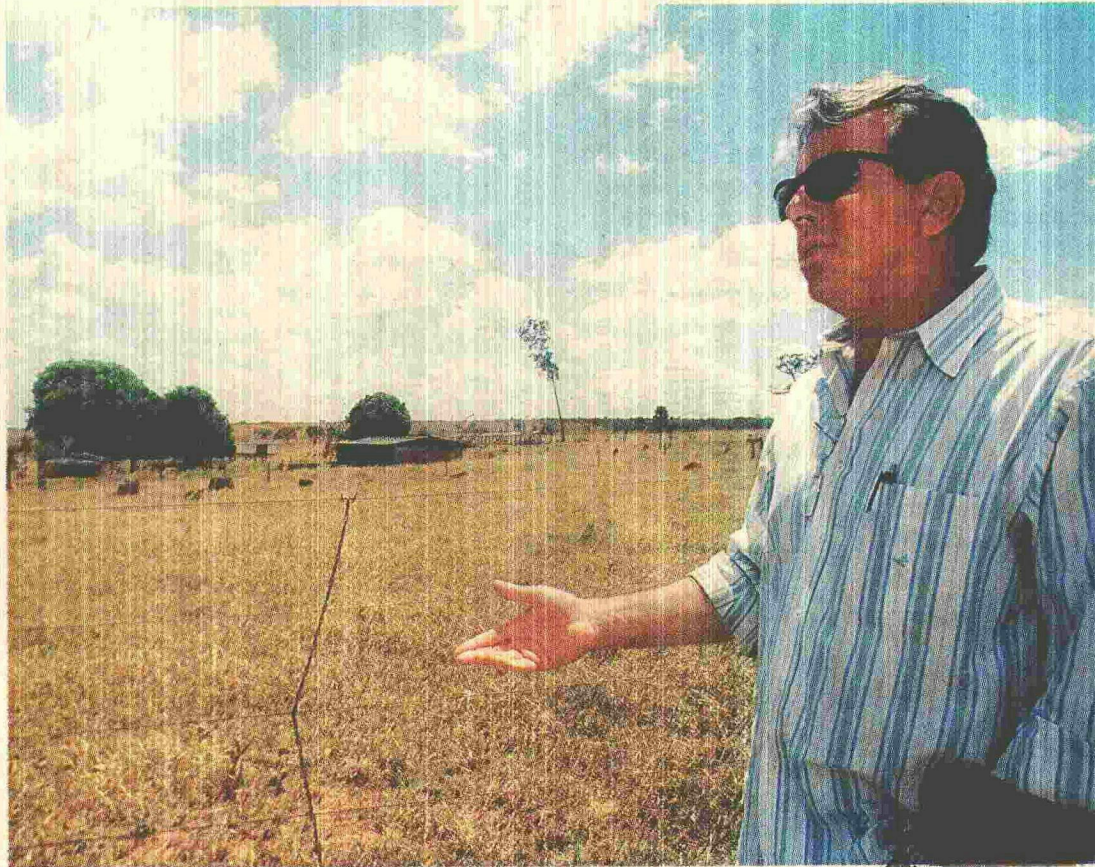
LUÍSA MEDEIROS

Produtores rurais estão com dificuldade em tirar o sustento nas propriedades da Fazenda Sálvia, entre Sobradinho e Planaltina. Os ocupantes das terras do governo federal reclamam da falta de políticas de incentivo de produção, de um instrumento que formalize o uso dos imóveis, e sobre o valor cobrado da taxa de ocupação. Apesar da recente assinatura de um convênio de cooperação técnica entre GDF e União, para a regularização fundiária no DF, a legalização da Fazenda Sálvia ainda não é prioridade para os governos.

A falta de políticas de subsídio à produção rural está refletindo no cotidiano dos agricultores. A espanhola Maria Camafeita Real, 69 anos, que produz na região desde 1964 – época em que o imóvel de 33 hectares era administrado pela extinta Fundação Zoobotânica – hoje sofre para manter plantações e animais.

Desde 1995, quando a União registrou em cartório a gleba de 10 mil hectares da Sálvia, o contrato com a Fundação foi cancelado. Até então, os agricultores recebiam um apoio técnico do governo local, inclusive com empréstimo de equipamentos agrícolas, e podiam conseguir financiamentos bancários.

Maria Camafeita lembra que conseguia cultivar com fatura verduras e legumes. Mas, já faz alguns anos que a produção semanal se restringe a ga-



Para Rogério Teixeira, presidente da Apsálvia, a indefinição quanto às terras impede novos investimentos

rantir sua subsistência. "O que tiro na venda dos produtos na feira dá para pagar as despesas domésticas e comprar ração para os animais", conta ela.

POSSE – Como os agricultores não são os donos das terras, o maior problema é conseguir financiamentos ou empréstimos bancários, explica o presidente da Associação dos Produtores da Sálvia (Apsálvia), Rogério Teixeira. "Desde que a União registrou as terras, não foi estabelecido um instrumento que possa assegurar o uso da área pelo pro-

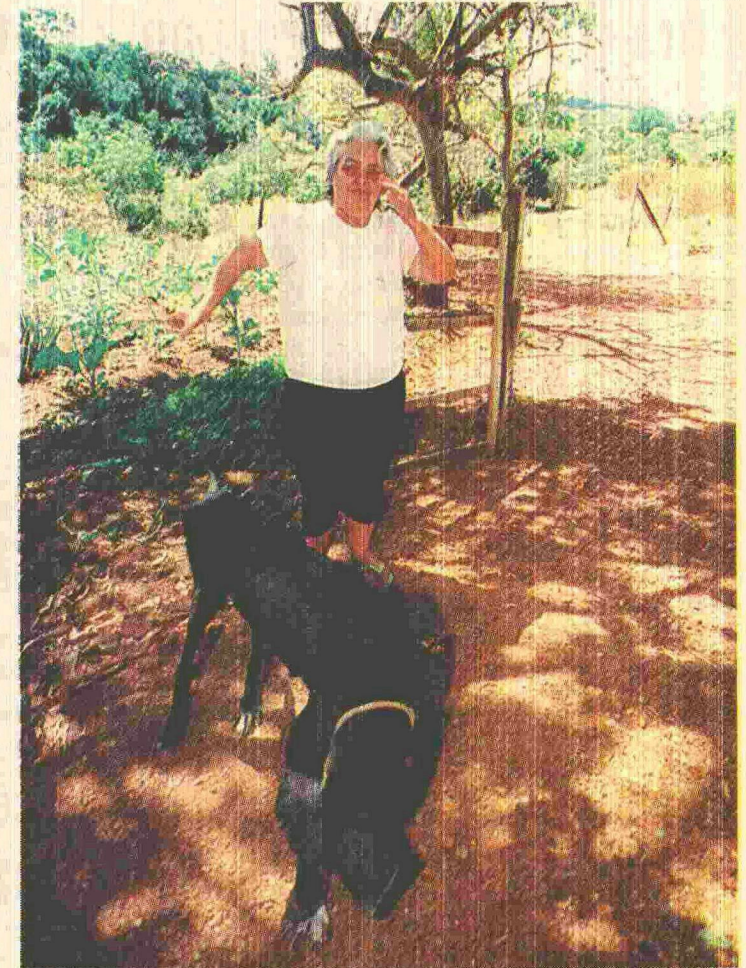
dutor", afirma ele.

Por isso, argumenta Rogério, muitos agricultores estão estagnados, já que não podem vender o que seria o direito de uso dos imóveis. "O mercado está parado. Temos cerca de 400 propriedades que não despertam o interesse de novos investidores e os atuais não têm dinheiro para investir", diz.

Enquanto não vem a proposta de regularização fundiária da Fazenda Sálvia, a União estuda uma forma de amparar as ocupações. Segundo o gerente-regional do Patrimônio da União (GRPU), Carlos Otá-

vio Guedes, existe a possibilidade dos produtores receberem uma certidão comprovando a ocupação da área. Ele diz que o documento não será uma garantia da terra, mas pode facilitar financiamentos bancários.

Sobre a regularização da região, ele diz que a gleba permanecerá com o perfil rural, e que os imóveis devem ser vendidos por aforamento (83% é do produtor e 17% é da União). Mas, que antes de iniciar o processo é preciso fazer um plano de ocupação da Sálvia. "Temos quatro convênios



Desde 1964 na região, Maria Camafeita contesta a taxa de ocupação

de regularização fundiária em andamento. Por enquanto, a legalização da Sálvia não é prioridade", explica ele.

TAXA – O valor cobrado da taxa de ocupação dos imóveis é outra reivindicação dos produtores. Segundo Rogério Teixeira, a GRPU e o Incra fizeram uma avaliação das terras (Planta de Valor Genérico – PVG), em maio último, que não está compatível com o bolso dos ocupantes.

Hoje, é cobrado 5% em cima do valor do imóvel, de acordo com a Lei 9.636, escl-

rece Carlos Otávio. O índice representa, em média, R\$ 120 por hectare. Lá, a área dos terrenos varia de 30 a 300 hectares. Maria Camafeita, por exemplo, paga quase R\$ 4 mil por ano pela taxa.

Ela mora sozinha e recebe R\$ 1 mil por mês de aposentadoria. "Para pagar a taxa de ocupação tenho que completar com a minha aposentadoria", garante. Em comparação com a taxa de ocupação cobrada nas terras do GDF, a diferença é grande, ressalta Rogério Teixeira. O valor do hectare sai por R\$ 9,70 ao ano.